

A LOJA DE UM OURIVES DA PRATA NO PORTO EM 1820. O
HOMEM E OS SEUS NEGÓCIOS

SHOP OF A SILVERSMITH IN PORTO IN 1820. THE MAN AND HIS
BUSINESS

Gonçalo Vasconcelos e Sousa*
Universidade Católica Portuguesa

Resumo

O ourives da prata portuense Capitão Bento José Correia morreu em 1820, sendo necessário proceder a um inventário dos seus bens. Este documento, contextualizado com aspectos biográficos do ourives e da sua família, permite-nos enquadrar a vivência de um artífice dos finais do século XVIII e primeiro quartel do séc. XIX. A listagem da sua loja, com objectos de prataria civil e religiosa, revela as tipologias em uso e outros elementos curiosos do ofício são igualmente apresentados ao longo do texto.

Palavras-chave: ourives da prata; século XIX; Bento José Correia; prata civil e religiosa; loja.

Abstract

Oporto silversmith Captain Bento José Correia died in 1820 and it was necessary to organize an inventory of his goods. This **document**, contextualized with the biographical aspects of the silversmith and his family, allows us to frame the experience of a craftsman of the late eighteenth century and the first quarter of the nineteenth century. The listing of his store, containing objects of civil and religious silverware, reveals the typologies in use and other curious aspects of the craft.

Keywords: silversmith; 19th century; Bento José Correia; civil and religious silverware; store.

A perspectiva analítica da ourivesaria da prata portuense dos séculos XVIII e XIX não pode beneficiar, ao invés de que se passa noutras regiões de Portugal, de uma fonte preciosa para a reconstituição do modus vivendi e das

* gsousa@porto.ucp.pt

particularidades do desempenho do ofício – os inventários orfanológicos dos diversos intervenientes no denominado Ciclo da Prata.

A raridade desta fonte para a cidade do Porto, no período em consideração, leva-nos a valorar o documento¹ que serve de base à construção deste artigo, identificando o ourives em causa, o capitão Bento José Correia (1762-1820)², e, a partir dos elementos contidos nesse inventário, ajuizar sobre determinados contornos que a mesma revela, tanto em termos individuais, como em relação ao próprio ofício. Nem este ourives nem este documento nos eram totalmente desconhecidos, mas importará analisá-los, com uma perspectiva diferente, o conjunto de informações recolhidas.

Em 1820, ano da morte de Bento José Correia, a cidade do Porto vivia um profundo frenesim de ideias, em que se entrelaçavam a sobrevivência do Antigo Regime com a fluorescência dos ideais liberais, que haviam permitido a constituição no Sinédrio na Cidade Invicta, em 1818, e levariam à Revolução de 1820. O ourives, que morrera no início desse ano, já não assistiria a estes últimos acontecimentos, que apenas teriam lugar em 24 de Agosto de 1820.

Simultaneamente, este documento manuscrito funcionará como um mote para podermos apresentar novas considerações sobre este ofício na cidade do Porto, a partir de elementos que continuamente recolhemos nos arquivos, e que nos permitem ir alcançando determinadas abordagens que no nosso trabalho de doutoramento ainda não havíamos percecionado devidamente.

Se os bens do ourives são importantes para o conhecimento do que rodeava Bento José Correia e a sua família, a identificação do núcleo familiar possibilitou-nos extrair novas percepções sobre esta figura. Além disso, a presença do rol das dívidas activas e passivas permite-nos partir para uma análise das contingências das dívidas a que estavam sujeitos os ourives e as soluções que obtinham para conseguirem ultrapassar as dificuldades momentâneas ou obter dinheiro para negócios mais volumosos.

O elenco dos objectos argênteos da loja de ourives, elaborado já no tempo da sua viúva³, fornece-nos uma panorâmica sobre o tipo de negócios que realizava, e a articulação com os ourives feitores. E, igualmente, as tipologias em que aquele ourives negociava especificamente, apurando novas designações e, no presente caso, fazendo o balanço entre peças de uso civil e alfaías religiosas.

1. Bento José Correia (1762-1820): vida e família

Corria o ano de 1762 quando, na freguesia de S. Martinho de Cavalões, concelho de Barcelos, nascia a 13 de Janeiro Bento José Correia, sendo os pais moradores no lugar de Cavalões de Cima. O rapaz seria baptizado na igreja freguesia seis dias depois, tomando o nome, como era tradicional, do padrinho, Bento Francisco Correia, tio do ourives e morador no Porto⁴. Os pais eram Luís da Costa Santos e sua mulher Antónia Correia, do lugar do Ribeirão, freguesia de S. Martinho de Cavalões, Barcelos⁵.

É bem provável que este tio e padrinho que vivia no Porto tenha tido influência na vinda do ourives para aprender o ofício nessa cidade, buscando um meio de vida de prestígio, capaz de gerar alguns cabedais. O que é certo é Bento Francisco Correia viria a estar presente em ocasiões importantes da vida do afilhado.

Dos primeiros tempos apenas sabemos que, em 9 de Maio de 1790, com 28 anos, casaria, numa cerimónia que decorreu na Sé do Porto, com Maria Joaquina Rosa (vd. fig. 1), filha do já então falecido Manuel da Costa Campos, ourives da prata (c. 1731-1789), e de sua mulher Ana Moutinho de Jesus. Serviria novamente como testemunha seu tio, Bento Francisco Correia, da Rua das Flores⁶. Sua mulher nascera por volta de 1767⁷.

Seu sogro, Manuel da Costa Campos, fora um mestre importante dentro do ofício de ourives da prata. Tendo começado por escrivão no ano de 1769, passou a juiz do ofício em 1770, cargo que ocuparia, igualmente, nos anos de 1771, 1775 e 1779⁸. Nascera em S. Martinho do Campo, Santo Tirso, por volta de 1731, tendo vindo a morrer em 14 de Outubro de 1789, na Rua das Flores⁹, menos de um ano, portanto, do casamento da filha Maria Joaquina Rosa com Bento José Correia.

A noiva era sobrinha paterna de outro ourives da prata com destaque na cidade do Porto, Francisco da Costa Campos. Este mestre terá um papel importante na vida comercial do sobrinho por afinidade, como se dirá infra.

O ourives Bento José Correia e a mulher viriam a ser nomeados testamenteiros e herdeiros de outro tio paterno desta última, o ourives da prata José da Costa Campos, que morreu solteiro em 28 de Julho de 1811¹⁰.

Quanto à descendência, são elencados quatro filhos, por ocasião da sua morte, em 1820¹¹:

O Rdo. José Correia, cónego secular evangelista no Convento de Santo Elói;

António José Correia, ourives da prata, solteiro;

D. Maria Ermelinda Correia, solteira;

D. Ana Emília Correia, solteira.

Vamos tentar analisar as informações de que dispomos sobre cada um destes quatro filhos, aqueles que sobreviveriam à morte do pai e que surgem elencados no inventário orfanológico:

O cónego José Correia será provavelmente o filho deste nome que nasceu em 8 de Maio de 1791, sendo os pais moradores na Rua das Flores. Baptizado na Sé do Porto logo no dia 15 desse mês, recebeu o mesmo padrinho de seu pai, Bento Francisco Correia, tendo assistido o tio materno, Reverendo Bento da Costa Campos, com procuração do Abade da Vitória, Alexandre de França Campos¹².

O ourives da prata António José Correia¹³ nasceu em 25 de Março de 1796, vindo a ser baptizado no dia 3 de Abril seguinte¹⁴. Virá a prestar exame para mestre do ofício após a morte do pai, tendo tido carta de exame passada a 9 de Julho de 1820. Examinado pelos juizes do ofício de ourives da prata José Ferreira da Silva e Domingos Pereira Capelo, apresentou como fiador o ourives da prata João Rodrigues de Araújo¹⁵. O seu nome figura numa relação de ourives da prata

que laboravam na cidade do Porto, realizada em 30 de Maio de 1821. É registado como tendo 2 anos como mestre, observando-se que era alferes de Ordenanças e que se tinha estabelecido havia pouco tempo¹⁶.

A filha Maria Ermelinda Correia nasceu em 9 de Setembro de 1793. Foi baptizada pelo Reverendo Bento França Campos no dia 13 desse mês, sendo padrinho Manuel Ribeiro de Faria, e assistiu Domingos Fernandes Alves¹⁷.

A filha Ana Emília Correia nasceu em 5 de Janeiro de 1804, tendo portanto cerca de 16 para 17 anos por ocasião da realização do inventário por morte de seu pai. Foi baptizada no dia 12 desse mês pelo Abade da Vitória José Pinto da França, sendo padrinho António Pádua da Silva Correia, Abade de Várzea, e assistiu Manuel Ribeiro da Silva Guimarães, da Rua Nova de S. João¹⁸. No processo de inventário, Ana virá a solicitar a emancipação, que lhe foi concedida¹⁹. No entanto, somos levados a pensar que foi cometida uma irregularidade. De facto, no f. 4do processo é indicado que tem 17 anos²⁰, o que coincide com o seu real nascimento; no entanto, e para facilitar o processo de emancipação, é apresentada como prova a certidão de outra Ana, sua irmã, que terá morrido antes do seu nascimento, em 19 de Setembro de 1797, como aludiremos infra²¹.

Como era habitual em finais de Setecentos, pelo elevado número da mortalidade infantil verificada, pudemos identificar, ainda, outros filhos do casal que não sobreviveriam à morte paterna. Desde logo duas filhas a que foi dado o nome de Joaquina, a primeira nascida em 22 de Junho de 1792, de que foram padrinhos Francisco José Martins Vieira e Custódia Bernardina, da Rua das Flores²². É possível que esta madrinha seja a credora do ourives, incluída no âmbito do inventário, a que aludiremos infra, e que mantinha relações de proximidade com a Família. A segunda do nome nasceria em 20 de Junho de 1799, tendo por padrinho o ourives do ouro José Barbosa de Madureira, da Rua de Cima de Vila, freguesia da Sé, e assistiu o Reverendo Bento da França Campos, da Rua das Flores²³. Sabemos que esta última filha morreu com apenas 13 anos, em 22 de Dezembro de 1812, com todos os sacramentos, sendo moradora com os pais na Rua das Flores freguesia da Sé, Porto, e foi sepultada na Capela dos Terceiros de Nossa Senhora do Carmo²⁴.

A filha Ana, a que aludimos supra, era já a segunda do nome, visto ter nascido outra criança, em 19 de Setembro de 1793, a que foi dado o mesmo nome, tendo sido baptizada em 29 desse mês. O padrinho foi António Francisco Guimarães, tenente de Auxiliares da cidade do Porto, e assistiu como madrinha o Reverendo Bento da França Campos, tio materno da criança²⁵.

Como era habitual entre ourives, também encontramos Bento José Correia a apadrinhar ou assistir em baptismos de filhos de outros colegas de ofício. Tal sucedeu com Maria, baptizada em 14 de Janeiro de 1793, sendo filha do ourives da prata Francisco José Dias de Carvalho, morador na Rua do Loureiro. Foi padrinho o ourives da prata Francisco da Costa Campos, e assistiu o ourives da prata Bento José Correia, da Rua das Flores²⁶. Já no caso de Maria, filha do ourives da prata Custódio Martins Vilaça, baptizada a 9 de Janeiro de 1801,

Correia foi padrinho, tendo assistido Joaquim Rodrigues Pereira Oxier, também prateiro e ambos moradores na Rua das Flores²⁷.

Morreria com 58 anos, na Rua das Flores, em 15 de Janeiro de 1820. Havia feito testamento de mão comum com sua mulher, que, aliás, ficaria sua testamenteira, como previsto nesse documento de registo de últimas vontades. Foi sepultado na Capela dos Terceiros do Carmo do Porto²⁸, de que era irmão, tendo chegado a ocupar um lugar no seu definitório²⁹. Pertencera, também, à Irmandade do Terço e Caridade (onde fora admitido como irmão em 3 de Setembro de 1786)³⁰, bem como sua mulher (admitida em 8 de Maio de 1791)³¹.

Nesse período, a Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo do Porto havia já suplantado a relevância da de São Francisco na escolha para repouso dos restos mortais, pelo menos atendendo ao que sucede com os ourives do ouro e da prata.

Como ficou dito, elaborou o seu testamento de mão comum com a mulher, D. Maria Joaquina Rosa, declarando ter nesta data os referidos quatro filhos, que instituem por herdeiros universais. O ourives nomeia os bens em S. Martinho de Cavalões, freguesia de que era natural, em seu filho José, com a obrigação de dar 800\$000 rs. para se dividirem pelos restantes três irmãos. Caso não quisesse aceitar, nomeava-o em seu filho António, e em caso deste igualmente não anuir, sucessivamente nas duas filhas pela ordem etária. Nomearam as casas que construíram na Rua Nova de Santo António em seu filho António, com a obrigação deste dar aos outros parte do custo e benfeitorias. D. Maria Joaquina expressa o desejo de ser sepultada na Ordem Terceira do Carmo, de que era irmã, nomeando por testamenteiro a seu marido. Em relação a missas, deveriam ser ditas no dia dos seus falecimentos cem missas de esmola, cada uma, de 240 rs., bem como mais 200 missas de esmola de 150 rs., para cada um deles; mais 100 missas pelas almas dos pais e avós e restantes parentes, de esmola de 150 rs. cada uma. Estabelecem, ainda, a vontade de que fosse entregue a quantia de 14\$400 rs., no dia do respectivo falecimento, aos presos da cadeia³². O testamento foi aberto no dia da morte de Bento José Correia (15 de Janeiro de 1820)³³, tendo sido registado na Câmara Municipal do Porto em 15 de Março seguinte³⁴.

Sobreviveu-lhe a mulher, D. Maria Joaquina Rosa Correia, moradora na Rua Chã, que morreu com 76 anos em 22 de Novembro de 1843. Faleceu com os sacramentos, tendo sido sepultada no Cemitério dos Terceiros Carmelitas³⁵, confirmando a ligação familiar a esta ordem terceira portuense.

2. O ofício, os negócios e os indicadores da sua fortuna

Bento José Correia era um homem activo ou, pelo menos, com iniciativa empreendedora. E isso transparece em dois documentos importantes, numa época –década de 80 de 1700 – em que se observa uma dinamização dos negócios relacionados com os ofícios de ourives do ouro e da prata. Tal traduz-se no acto de constituição de sociedades³⁶, na dinâmica de exportações para o Brasil³⁷, bem

como na aquisição de peças entre ourives, cremos, fundamentalmente, para alimentar o negócio da venda nas feiras³⁸.

Em 4 de Setembro de 1786, assinou um documento com o ourives do ouro e comerciante de diamantes Luís António de Sousa Reis, primeiramente dado a conhecer por Joaquim Jaime Ferreira-Alves³⁹. Tal acto notarial consistia na constituição de uma sociedade cujo objectivo geral se relacionava com a execução e comercialização dos exemplares de ourivesaria pelo tempo de 3 anos. O comerciante de diamantes é o sócio maioritário (1:000\$000 rs.), entrando o ourives com uma quantia muito inferior (64\$445 réis). Surge prevista uma estruturação de funções muito bem delimitada, com um clausulado prevendo o funcionamento da sociedade e o respectivo desmembramento⁴⁰.

Logo no ano seguinte, certamente para dar andamento aos negócios previstos naquele contrato de sociedade, assina, em 13 de Abril de 1787, um documento notarial de aquisição ao ourives da prata Francisco da Costa Campos, tio paterno de sua mulher e ambos moradores na Rua das Flores, da “sua loja de prata com que costumava andar pelas feiras deste Reyno a qual consta de prata lavrada e varias miudezas pertencentes ao negócio de ourives”. Este negócio alcançou os 8:000\$000 réis, quantia muito elevada para a época, ficando previsto que daí a 6 anos seriam pagos 4:000\$000 rs., e de então a 4 anos, igual quantia em prestações idênticas de seis em seis meses; dessa última data a um ano teriam de ser acertados os respectivos juros.

Havia, no entanto, que observar determinadas condições, pois Francisco da Costa Campos obrigava-se a “não tornar à ir nem mandar à feiras que se fação na Provincia do Alentejo nem de Coimbra para bayxo neste Reino nestes seis annos nem mandar loja de prata para vender nas ditas feiras ou em terra das ditas feiras debayxo de perder os juros de” 8:000\$000 réis, referentes a dois anos. Por este documento se torna bem perceptível a relevância das feiras nos negócios de alguns ourives e, simultaneamente, o papel que alcançaram na dispersão dos modelos e ornamentações argêntneas.

Por fiadores de Bento José Correia ficaram previstos seu tio Bento Francisco Correia, morador no Bairro dos Ferradores e que mais uma vez o acompanha neste momento da sua vida, e o supra referido Luís António de Sousa Reis, morador na Rua das Flores, e seu sócio no negócio societário estabelecido no ano anterior⁴¹. Luís António de Sousa Reis viria a ficar desobrigado da obrigação assumida como fiador em 19 de Abril de 1788, data em que, no mesmo documento, assina o distrate da sociedade constituída em 4 de Setembro de 1786 e que foi analisada supra⁴².

O distrate desta escritura, face à mencionada quantia de 8:000\$000 rs. e aos seus juros, viria a ter lugar em 29 de Novembro de 1800⁴³, funcionando como testemunhas José Moreira e Francisco José Rodrigues Souto, ambos ourives da prata⁴⁴. Assim se punha cobro ao processo referente a um importante negócio de comércio de prataria, que permitiria um grande desafogo e horizontes comerciais a Bento José Correia, mas cujos meandros de pagamento desconhecemos por não haver quaisquer notícias documentais sobre sociedades da época, por minguar

quase absoluta de documentação deste tipo de negócios para a época, na cidade do Porto.

Das obras que executou ou que vendeu, não dispomos de grande notícia histórica, apenas havendo menção a duas salvas de pés que realizou para a Santa Casa da Misericórdia do Porto, tendo por elas recebido a quantia de 28\$150 réis⁴⁵.

Já quanto a problemas com peças em situação irregular descobertas pelos juízes do ofício em acto de correição, existem elementos mais pormenorizados. Assim, em 17 de Julho de 1793, António Soares de Melo e Alexandre Pinto da Cruz, juízes do ofício de ourives da prata, e o respectivo escrivão, António Pereira Lopes de Oliveira, condenaram o ourives Bento José Correia na quantia de 4\$000 réis⁴⁶. Mais tarde, em 29 de Maio de 1799, uma nova ocorrência, desta vez menos grave. Os juízes do ofício de ourives da prata, António Pereira Lopes de Oliveira e Joaquim José de Melo, e o escrivão, António Pinto de Almeida, encontraram dois pares de fivelas e um par de esporas em situação irregular, estabelecendo que teria de pagar 600 réis⁴⁷. Sete anos depois, em 23 de Julho de 1806, Joaquim Rodrigues Pereira Oxier e Custódio Martins Vilaça, juízes do ofício de ourives da prata, e o escrivão, Vicente de Paula Vieira de Castro, descobriram a este ourives “humas poucas de peças por marcar” e ensaiar, tendo sido condenado em 1\$440 réis⁴⁸. Finalmente, uma última ocorrência registada data de 14 de Julho de 1808, quando José Moreira e Manuel Soares Correia, juízes do ofício, conjuntamente com o escrivão, António José de Sousa, encontraram uma gola por ensaiar pertença deste mestre, condenando-o em 40 réis⁴⁹.

A sua ligação às estruturas e obrigações do ofício, verificamo-las pela participação não muito assídua em diversos actos de votação para eleição dos oficiais da Confraria de Santo Elói dos Ourives da Prata (por exemplo, 1786, 1787, 1793, 1799, 1803, 1805, 1810 – neste último ano por carta, “por estar fora da tera”). Em 27 de Dezembro de 1814, foi eleito escrivão do ofício, mas apresentou “vários motivos justoz” para escusar-se, o que foi aceite, tendo ficado escrivão o ourives da prata José Ferreira da Silva⁵⁰.

Quanto aos seus teres e haveres, para além dos bens descritos no inventário e que analisaremos infra, dispomos de diversas afirmações relacionadas com o seu património que permitem aferir do respectivo desafogo financeiro. Assim, em 1804, e para apuramento da décima do novo imposto, apuramos que residia na Rua das Flores, em casas arrendadas aos herdeiros do Desembargador António Barroso Pereira, pagando de renda 200\$000 rs., pelo que teve de pagar de décima do novo imposto 6\$000 réis⁵¹.

O facto de ter sido fiador de contratos, envolvendo verbas significativas, constitui um outro meio de aferir a sua pujança económica. Em 1 de Junho de 1805, foi fiador do ourives do ouro José Alves Vieira, seu vizinho de arruamento, no instrumento notarial de arrendamento que João Pereira Coutinho de Vilhena e Meneses, Comendador de Elvas e Montoito, na Ordem de Malta, lhe fez dos frutos e rendimentos dessa comenda pelo prazo de três anos⁵². Voltou, em 29 de Julho de 1808, a funcionar como fiador em contrato de idêntica natureza, celebrado entre os mesmos intervenientes, pelo prazo de dois anos⁵³, facto revelador de que não havia tido problemas no acordo anterior.

A primeira invasão francesa de 1808 leva a que os oficiais da cidade fossem taxados para uma contribuição de guerra. No caso dos ourives da prata, as verbas foram de 5\$000 rs. ou de 10\$000 rs., esta última para os mais abonados, grupo em que se encontrava Bento José Correia, que teve de pagar essa quantia⁵⁴.

A partir de 1808 não dispomos de mais informações referentes à sua situação económica, a não ser o processo de inventário orfanológico, documento que será analisado de seguida.

3. Bens inventariados: imagem de um ourives da prata no Porto por ocasião da Revolução de 1820

Quando morre em Janeiro de 1820, o Capitão Bento José Correia, residindo na Rua das Flores, deixa um conjunto de bens imóveis e móveis, dinheiro e a loja de ourives, que revelam a forma abonada como conduziu a sua vida, complementando o trabalho com alguns bens recebidos, pelo menos os da herança de José da Costa Campos⁵⁵.

No cômputo total, os bens de Bento José Correia totalizaram 17:913\$884 réis (vd. quadro I), sendo compostos por bens de raiz (vd. quadro II), com particular destaque para a casa sobradada que edificara na Rua de Santo António, uma das artérias portuenses que mais relevância haveria de ganhar nesses tempos, e a que foi atribuída a louvação de 6 contos de réis. Os dois outros itens de bens de raiz têm, comparativamente, valores muito inferiores, dizendo respeito a prédios rústicos situados na freguesia de S. Martinho de Cavalões, de onde o inventariado era natural. Os bens móveis atingiram o valor de 393\$560 rs., e a sua análise será efectuada infra, o mesmo sucedendo com a prata em barra e os objectos à venda na sua loja de ourives, que alcançaram atingir a soma de 6:456\$470 réis.

Como era natural neste negócio, à herança estavam ainda ligadas numerosas dívidas. As dívidas passivas, ou seja, contraídas pelo inventariado, eram de valor elevado, pois atingiram os 10:520\$750 réis. As dívidas activas – que deveriam ser cobradas pela herança, pois constituíam verbas a repartir –, eram menos de metade, somando 4:224\$930 réis. Neste âmbito, e quanto à fiabilidade na capacidade da sua boa cobrança, haveria que enumerar estas dívidas de três tipos: as bem paradas, as duvidosas e as que constavam do diário de lembranças deste mestre.

No total, e após o balanço entre as dívidas e as existências, procedeu-se à partilha, ficando a viúva com 3:696\$567 rs., enquanto a cada um dos quatro filhos era atribuída a quantia de 924\$141 réis⁵⁶.

Quadro I

Bens e dívidas declarados por morte de Bento José Correia

Natureza dos bens	Valor (rs.)	Cota
Bens de raiz	6:239\$834	f. 8-9v.
Bens móveis	393\$560	f. 10-11v.
Objectos na loja de ourives	6:456\$470	f. 12-15v.
Dinheiro	599\$090	f. 16
Dívidas activas	4:224\$930	f. 16-20
Dívidas passivas	10:520\$750	f. 21-21v.

Fonte: A.D.P., Tribunal da Relação do Porto, cota: PT/ADRTT/JUD/TRPRT/077/00267; I/79/0039, f. 8-21v.

Quadro II

Bens imóveis de Bento José Correia

Descrição	Valor	Destinatário	Cota
Uma morada de casas sobradadas com seu quintal e pertenças, que tem os n.os 42 a 44, citas na Rua de Santo António desta cidade, edificadas e feitas de novo, na constância do matrimónio, num chão que Dona Teresa Miquelina de Amorim e Silva, viúva de Vicente Paulino Osório de Amorim desta dita cidade, emprazou a ela inventariante e dito falecido seu marido, com a obrigação de estes lhe pagarem de foro anualmente 4\$000 rs. em dinheiro, darem-lhe de entrada a quantia de 100\$000 rs., igualmente em dinheiro, e de pagar-se-lhe no caso de venda, ou troca, o domínio de 21, por prazo fateusim perpétuo, outorgado no primeiro dia do mês de Setembro do [f. 8v.] ano de 1802, nas notas de Vitorino Alão de Macedo e Sousa, tabelião que foi nesta cidade, o qual nesse mesmo dia conferiu posse ao inventariado, do dito chão emprazado; porém depois o mesmo inventariado comprou a mesma pensão de 4\$000 rs. e seu direito dominical à sobredita D. Teresa Miquelina da Silva, viúva, pela quantia de 200\$000 rs., por escritura de 20 de Maio de 1805, celebrada nas notas do mesmo tabelião; ficando por isso dízima a Deus, a propriedade de que se trata, e como tal, e com atenção ao seu anual rendimento a avaliaram os louvados, pelo cúmulo de 20 anos livre de reparos	6:000\$000	Encabeçada a viúva inventariante; dinheiro ao 1.º credor, Luís da Costa Correia	f. 8-8v.

<p>Assento e casas torres, e cozinha térrea com entrada de um portal fronho, quinteiro e curral: uma casa de despejos coberta de colmo com seu poço, terra de horta e lavradia circundado de uveiras, e [f. 9] outras árvores de fruto, com suas latas em volta da mesma cada, tudo tapado de parede, e vale, sobre si; e a leira lavradia chamada do Talho, com água de Lima tudo cito na freguesia de Cavalões termo da vila de Barcelos, que veio por parte do inventariado, e dizem ser de natureza de prazo do qual era cabeça Manuel José Fernandes da freguesia de Outiz, e directo senhorio, o ilustríssimo Manuel Pamplona Carneiro Rangel desta cidade, pagando-se de foro anualmente duas rasas de milhão, e 50 rs. em dinheiro, de cujas propriedades não aparecem presentemente títulos alguns: e foram avaliados livre de dízimo, cultura, renda e da sexta parte do direito dominical, como consta da carta precatória e determinação dos louvados, adiante junto</p>	205\$834	A votos; dinheiro ao credor Luís da Costa Correia	f. 8v.-9
<p>Leira lavradia no sítio de Ortões na mesma freguesia de S. Martinho de cavalões, termo de Barcelos, que tem uveiras, e um [f. 9v.] cabeceiro de mato, com outras árvores que confronta com o rio; tudo isto vindo por parte do inventariado e de que igualmente não há título. Consta que da dita leira se paga anualmente de renda uma rasa de pão a rasa de Amins de Chorente: e com o abatimento da dita renda foi avaliada a referida leira, e tudo o mais especificado na forma da mesma carta precatória</p>	34\$000	A votos; dinheiro ao credor Luís da Costa Correia	f. 9-9v.

Fonte: A.D.P., Tribunal da Relação do Porto, cota: PT/ADRTT/JUD/TRPRT/077/00267; I/79/0039, f. 8-9v.

Quanto aos bens móveis que se encontravam em sua casa (quadro II), na Rua das Flores, são os fornecidos para louvação pela inventariante e cabeça de casal. Não existem bens de grande luxo, apesar da verba total não ser despicienda – 393\$560 rs. –, montante que se justifica por terem sido juntas quatro parcelas com peças de prataria e jóias, que, só por si garantem quase metade do total (173\$000 réis).

No seu conjunto, tomamos a percepção das peças de que se rodeava a família do ourives e capitão de ordenanças, permitindo-nos perscrutar, nem que seja superficialmente – pela natureza e quantidade de elementos fornecidos – o seu *modus vivendi*. São enumeradas peças de mobiliário, têxteis de cama e de mesa, louça, alguma roupa, para além dos já mencionados objectos preciosos. As descrições são parcas, sendo a verba mais valiosa referente aos dois fios de aljôfares⁵⁷, seguida do valor dos 48 lençóis. O maior número de elementos desta secção do inventário diz respeito a peças de mobiliário, com tipologias plenamente assumidas numa residência de um ourives com bens: leitos, uma mesa, baús,

cómodas e meias cómodas, para além de 24 cadeiras, tipologia em grande abundância nas casas portuguesas já desde Setecentos⁵⁸; para as louças, apesar de não haver referências quanto à natureza específica de pratos, das tigelas e do aparelho de chá, há possibilidade de se tratar de objectos de pó de pedra, muito comum na época para o nível em que vivia o ourives. Não se encontram peças de porcelana chinesa, vulgarmente denominada então como louça da Índia⁵⁹. Na roupa de cama, para além dos referidos lençóis, os travesseiros, os cobertores de papa e as colchas de chita para cima das camas, surge outra roupa branca de asseio, como as toalhas de mãos. Para a mesa, as habituais toalhas e guardanapos. Não era mais do que um acervo médio, poder-se-ia dizer que viveriam comodamente mas sem luxo.

Quadro III

Bens móveis de Bento José Correia, em 1820

Qt.	Descrição	Valor	Destinatário	Cota
48	Lençóis, [cada um] a 1\$000 rs.	48\$000	Viúva	f. 10
12	Travesseiros, cada um a 240 rs.	2\$880	Viúva	f. 10
8	Cobertores de papa, cada um a 1\$200 rs.	9\$600	Viúva	f. 10
4	Cobertas de chita, cada uma a 1\$600 rs.	6\$400	Viúva	f. 10
8	Guardacamás, [cada um] a 400 rs.	3\$200	Viúva	f. 10
12	Toalhas de água-às-mãos, cada uma a 360 rs.	4\$320	Viúva	f.10v.
12	Ditas de mesa, cada uma a 1\$600 rs.	19\$200	Viúva	f.10v.
24	Guardanapos, cada um a 120 rs.	2\$880	Viúva	f.10v.
4 dúzias	Pratos, cada dúzia a 500 rs.	2\$000	Viúva	f. 10v.
1	Aparelho de chá	24\$000	Viúva	f. 10v.
12	Tigelas, cada uma a 40 rs.	\$480	Viúva	f. 11
24	Cadeiras, cada uma a 1\$200 rs.	28\$800	Viúva	f. 11
2	Meias cómodas, cada uma a 2\$000 rs.	4\$000	Viúva	f. 11
2	Cómodas, cada uma a 3\$200 rs.	6\$400	Viúva	f. 11
1	Mesa	4\$800	Viúva	f. 11
2	Baús, cada um a 3\$000 rs.	6\$000	Viúva	f. 11
1	Armário com vidros	8\$000	Viúva	f. 11v.
1	Leito	9\$600	Viúva	f. 11v.
4	Ditos, cada um a 4\$800 rs.	19\$200	Viúva	f. 11v.
12	Camisas, cada uma a 600 rs.	7\$200	Viúva	f. 11v.
12 pares	Meias de linha, cada par a 300 rs.	3\$600	Viúva	f. 11v.
12	Talheres de prata, 3\$600 rs. Cada par	43\$200	Viúva	f. 11v.

12	Colheres de chá, do mesmo metal	5\$000	Viúva	f. 11v.
2	Fios de aljôfares	96\$000	Viúva	f. 11v.
Um par	Brincos	28\$800	Viúva	f. 11v.

Fonte: A.D.P., Tribunal da Relação do Porto, cota: PT/ADRTT/JUD/TRPRT/077/00267; I/79/0039, f. 10-11v.

Outro item do inventário relaciona-se com os objectos que se encontravam na loja de Bento José Correia (quadro III), e que foram avaliados por António José de Sousa (1771-1842), contraste municipal da prata do Porto, em 11 de Janeiro de 1821. Esse ourives havia sido nomeado pela edilidade portuense para tal cargo em 30 de Maio de 1818⁶⁰, vindo a ser um dos homens mais relevantes do ofício no primeiro terço de Oitocentos.

Na avaliação efectuada, regista para memória futura: “Declaro que todas estas peças forão avaliadas pelo seu pezo, e feitio pelo preço sobredito por serem peças novas, e se acharem á venda por ser negocio em que tratava o dito defunto, e pela mesma viuva me foi dito erão todas as peças que existião na sua loja assim como a prata em barra que se achava na mão dos feitores que costumão manufacturar as obras para a dita viuva”⁶¹.

Quanto à natureza das peças existentes na loja, importa dizer que o ourives trabalhava com ourives feitores, facto que continuou com a sua viúva, pois aquando da listagem surgem elencados 109 marcos e 4 oitavas de prata, avaliados na importante quantia de 698\$000 rs., o que nos permite ter uma ideia do relevo dos negócios deste mestre.

Em termos das tipologias avaliadas, existe um balanço entre exemplares de prataria civil e religiosa. Outro aspecto relevante a atender prende-se, em termos de valores, com os elementos fornecidos quanto ao peso e ao feitio, permitindo aferir a relação entre ambas as determinantes no valor do objecto. Por outro lado, este inventário revela, com probabilidade, as tipologias mais em uso e, na presente circunstância, as que o ourives estava, presume-se, habituado a comercializar.

Por volta de 1820, estavam na moda os serviços de chá e café, de que existem quatro conjuntos com diferenças ornamentais, mas importa alertar para o facto de que as distintas tipologias que os compunham eram também vendidas separadamente, providenciando esta loja algumas destas peças para serviço das bebidas outrora consideradas exóticas.

Outra vertente que assume já uma cada vez maior utilização em termos de prataria civil liga-se ao uso dos talheres, e nesta centúria de Oitocentos assiste-se ao triunfo do seu uso entre a burguesia emergente⁶². A sua venda, contudo, não se limitava aos próprios talheres, estendendo-se às caixas de faqueiro, cujo valor é considerado no feitio dos conjuntos. O feitio dos talheres, que também se vendiam desirmanados, é mais reduzido, proporcionalmente, do que verificamos com outras peças, como as ligadas ao serviço das referidas bebidas. Uma tipologia diferenciada e em grande emergência em Portugal, à semelhança do que sucedera em Inglaterra, por esses tempos, eram as espátulas de peixe⁶³, referenciadas em número de dois.

Entre as peças mais em evidência entre a prataria portuense do 1.º terço do século XIX encontram-se os samovares – designados, então, por urnas –⁶⁴, e os tabuleiros, havendo diversos exemplares de grandes dimensões e peso considerável⁶⁵, o que também sucede no presente inventário. Uma das urnas chega a pesar mais de 23 marcos com o valor total de 230\$000 réis, enquanto o peso de um dos tabuleiros atinge um valor superior a 29 marcos. São, pois, elementos de reserva de valor, para além das funções práticas a que se destinavam, no cômputo da sociabilidade doméstica, de feição (ou não) pública.

Presentes revelavam-se, igualmente, as salvas, com uma larguíssima produção durante as primeiras décadas de Oitocentos, ainda ao gosto neoclássico, e que existiam em número de 31, valendo mais de 700\$000 réis. As salvas eram por esse tempo, já assumidamente circulares – haviam perdido alguma irregularidade no bordo, herança ainda de um rococó que teimava em deixar pequenas heranças na linguagem formal –, podendo ter os pés, a título de exemplo, em “V” ou circulares com decoração de perlados ou elementos fitomórficos. Para a higiene masculina, as bacias da barba com os respectivos jarros, registando-se ainda um prato e jarro, nesse momento já em declínio em termos de produção.

Entre os bens da loja de Bento José Correia, espaço para a presença dos galheteiros e os paliteiros⁶⁶, peças fundamentais entre as artes da mesa, para as escrivatinhas, que assistiram a uma grande proliferação na primeira metade de Oitocentos, aos perfumadores, também usuais, para além de diversas peças destinadas à iluminação, designadamente onze pares de castiçais e um par de candelabros, tipologias que tiveram grande proliferação entre as elites portuguesas desde meados da centúria anterior. No Porto, assistimos a uma grande relevância dos objectos de iluminação, como os castiçais⁶⁷, à semelhança do que sucedia em Lisboa⁶⁸.

No que concerne às alfaias religiosas, também negociados por este ourives, o seu número é escasso, provavelmente devido à natureza da sua clientela, variando entre duas cruces, uma bem mais pesada que a outra, turíbulos e naveta, muitos cálices integralmente em prata (dourada) – peça constantemente renovada, e que existem inúmeros exemplares neoclássicos do Porto de Norte a Sul de Portugal –, bem como outros de pé de latão e copa argêntea, a que acresciam diversos vasos, ou seja, cibórios. Compunha este acervo, ainda, uma custódia que pelo peso não deveria possuir dimensões avantajadas. As custódias do Porto tiveram larga dispersão pelo Norte e Centro do País, nesse primeiro terço de Oitocentos, variando entre objectos de notória simplicidade até peças com ricas aplicações de pedraria⁶⁹.

Quadro IV

Peças de prataria da loja de Bento José Correia, em 1821, avaliadas pelo contraste municipal da prata do Porto António José de Sousa

Descrição	Peso	Valor	Destinatário (rs.)	Fólio
Pesa um aparelho composto de todas as peças competentes de duas gargantas	15 marcos, 1 onça e 5 oitavas, a 6\$400	97\$300	Credor Luís da Costa Correia (f. 12)	f. 22
Feitio do dito	–	31\$000	–	f. 22
Peso outro dito de tromba e de galhões	19 marcos, 2 onças, 7 oitavas e 18 grãos a dito preço	123\$925	Credor Luís da Costa Correia (f. 12)	f. 22
Feitio do dito	–	49\$400	–	f. 22
Pesa outro dito de tromba liso	19 marcos, 3 onças e ½ oitava a dito preço	124\$050	Credor Luís da Costa Correia (f. 12)	f. 22
Feitio do dito	–	48\$400	–	f. 22
Pesa outro dito de tromba de uma garganta de galhões	14 marcos e oitava e ½ a dito preço	89\$750	Credor Luís da Costa Correia (f. 12)	f. 22
Feitio do dito	–	31\$000	–	f. 22
Pesam quinze peças de diversas qualidades	27 marcos, 6 onças, 5 oitavas e ½ a dito preço	178\$150	Credor Luís da Costa Correia (f. 12v.)	f. 22
Feitio das ditas	–	55\$800	–	f. 22
Pesa um faqueiro com os seus pertences	12 marcos, 4 onças e 5 oitavas a dito preço	80\$520	Credor Luís da Costa Correia (f. 12v.)	f. 22
Feitio, caixa e ferros do mesmo	–	20\$120	–	f. 22
Pesa um faqueiro completo	11 marcos, 7 onças a dito preço	76\$000	Credor Luís da Costa Correia (f. 12v.)	f. 22v.
Feitio, caixa e ferros do mesmo	–	21\$120	–	f. 22v.
Pesa outro dito completo	11 marcos, 5 onças e 1 oitava a dito preço	74\$495	Credor Luís da Costa Correia (f. 12v.)	f. 22v.
Feitio, caixa e ferros do mesmo	–	21\$120	–	f. 22v.
Pesam várias peças	9 marcos, 1 onça	58\$800	Credor Luís da	f. 22v.

desirmanadas	e 4 oitavas a dito preço		Costa Correia (f. 13)	
Feitio das ditas	–	9\$000	–	f. 22v.
Pesa uma cruz	17 marcos, 7 onças e ½ oitava a dito preço	114\$450	Credor Luís da Costa Correia (f. 13)	f. 22v.
Feitio da dita	–	27\$510	–	f. 22v.
Pesa outra dita	8 marcos a dito preço	51\$200	Credor Luís da Costa Correia (f. 13)	f. 22v.
Feitio da dita	–	24\$520	–	f. 22v.
Pesam duas bacias de barba e canecas	12 marcos, 7 oitavas e ½ a dito preço	77\$550	Credor Luís da Costa Correia (f. 13)	f. 22v.
Feitio das ditas	–	14\$400	–	f. 22v.
Pesam dois turíbulos e uma naveta, e duas colheres de peixe	9 marcos, 2 onças e 1 oitava a dito preço	59\$300	Credor Luís da Costa Correia (f. 13)	f. 22v.
Feitio das ditas	–	18\$950	–	f. 22v.
Pesam treze cálices	33 marcos, 4 onças e 3 oitavas a dito preço	214\$700	Credor Luís da Costa Correia (f. 13v.)	f. 22v.
Feitio dos ditos e dourados	–	120\$500	–	f. 22v.
Pesam quatro copas e quatro patenas	3 marcos e 3 onças a dito preço	21\$600	Credor Luís da Costa Correia (f. 13v.)	f. 22v.
Feitio, dourado e pés de latão	–	20\$400	–	f. 22v.
Pesam cinco vasos	12 marcos, 6 onças e 3 oitavas a ½ a dito preço	81\$950	Credor Luís da Costa Correia (f. 13v.)	f. 22v.
Feitio e dourado	–	63\$700	–	f. 22v.
Pesam duas urnas de galhões	26 marcos, 5 onças e ½ oitava a dito preço	170\$450	Credor Luís da Costa Correia (f. 13v.)	f. 23
Feitio das mesmas	–	46\$090	–	f. 23
Pesa outra dita lisa	23 marcos, 6 onças e 4 oitavas a dito preço	152\$400	Credor Luís da Costa Correia (f. 13v.)	f. 23
Feitio da mesma	–	34\$090	–	f. 23
Pesa um tabuleiro quadrado	36 marcos, 1	231\$250	Credor Luís da	f. 23

	onça e ½ oitava a dito preço		Costa Correia (f. 14)	
Feitio do mesmo	–	77\$600	–	f. 23
Pesa outro dito pequeno	14 marcos, 2 onças e 4 oitavas a dito preço	91\$600	Credor Luís da Costa Correia (f. 14)	f. 23
Feitio do mesmo	–	20\$800	–	f. 23
Pesam trinta e uma salvas	93 marcos, 4 onças e 5 oitavas a dito preço	598\$900	Segunda Credora, D. Custódia Bernardina (f. 14)	f. 23
Feitio das mesmas	–	112\$275	–	f. 23
Pesa um tabuleiro	29 marcos, 3 onças e 7 oitavas a dito preço	188\$700	Luís da Costa Correia (135\$206) D. Custódia Bernardina (38\$825) António Pereira Soares (58\$194) (f. 14)	f. 23
Feitio do mesmo	–	43\$525	–	f. 23
Pesa uma custódia	5 marcos, 7 onças, 7 oitavas e ½ a dito preço	38\$350	António Pereira Soares (f. 14)	f. 23
Feitio da mesma	–	33\$520	–	f. 23
Pesam onze pares de castiçais	46 marcos e 2 oitavas a dito preço	294\$600	Inventariante (23\$114) António Pereira Soares (66\$286) Joaquim da Costa Leite (53\$800) António José de Sousa (217\$600) (f. 14v.)	f. 23
Feitio dos mesmos	–	66\$200	–	f. 23
Pesa um par de serpentinas e três coroas e três pares de folhetas	18 marcos e 2 oitavas a dito preço	115\$400	Viúva (f. 14v.)	f. 23
Feitio das mesmas	–	33\$100	–	f. 23
Pesam vários pares de esporas	28 marcos, 2 onças e 4	181\$210	Cada um dos 4 filhos (52\$977 ½)	f. 23

	oitavas a dito preço		(f. 14v.)	
Feitio das mesmas	–	30\$700	–	f. 23
Pesam várias peças miúdas	17 marcos, 2 onças e 4 oitavas a dito preço	110\$820	Cada um dos 4 filhos (33\$930) (f. 14v.)	f. 23v.
Feitio das ditas	–	24\$900	–	f. 23v.
Pesa um prato e jarro	8 marcos e 7 onças a dito preço	56\$800	Viúva (f. 14v.)	f. 23v.
Feitio do dito	–	13\$000	–	f. 23v.
Pesa uma salva	9 marcos, 5 onças e 6 oitavas a dito preço	62\$200	Viúva (f. 15)	f. 23v.
Pesa a prata em barra	109 marcos e 4 oitavas a dito preço	698\$000	Cada um dos 4 filhos (174\$500) (f. 15)	f. 23v.
Pesam dois perfumadores	4 marcos, 1 [oitava] e 18 grãos a dito preço	26\$420	Viúva (f. 15)	f. 23v.
Feitio dos ditos e cabos	–	11\$200	–	f. 23v.
Pesaram três “bazinhos do pescosso”	1 marco, 5 onças e 4 oitavas a dito preço	10\$800	Viúva (f. 15)	f. 23v.
Feitio dos ditos dourado e custo da caixa	–	10\$700	–	f. 23v.
Pesam três talheres de azeite e vinagre	8 marcos, 5 onças e 1 oitava a dito preço	55\$250	Cada um dos 4 filhos (21\$062 ½) (f. 15)	f. 23v.
Feitio e custo das galhetas	–	29\$000	–	f. 23v.
Pesam três escrivatinhas	9 marcos, 7 onças e 4 oitavas e ½ a dito preço	63\$650	Cada um dos 4 filhos (21\$112 ½) (f. 15v.)	f. 23v.
Feitio das ditas	–	20\$800	–	f. 23v.
Pesam várias peças de colheres, garfos, facas e colheres de chá	26 marcos e 7 onças a dito preço	172\$020	Cada um dos 4 filhos (50\$500) (f. 15v.)	f. 23v.
Feitio das ditas peças e custo dos ferros	–	29\$980	–	f. 23v.

Pesam várias colheres, garfos, facas e colheres avulso com os seus feitios	–	100\$650	Cada um dos 4 filhos (25\$162 ½) (f. 15v.)	f. 23v.
Pesam várias fivelas, bolsas, golas, caixas, chapas, paliteiros e mais miudezas com os seus competentes feitios	–	298\$470	Viúva (221\$622) Cada um dos 4 filhos (16\$804 ½) (f. 15v.)	f. 24
		Soma	6:456\$470	f. 24

Fonte: A.D.P., Tribunal da Relação do Porto, cota: PT/ADRTT/JUD/TRPRT/077/00267; I/79/0039, f. 22-24.

O ofício de ourives e a necessidade constante de renovar o acervo de que dispunha para ter na sua loja e andar pelas feiras, bem como outros assuntos da sua vida, como, provavelmente, a aquisição de uma morada de casas sobradadas, na Rua de Santo António, levou-o a contrair diversas dívidas, o que se revelava comum, à época, pois era uma forma de dispor de dinheiro, que se ia pagando com os resultados do seu trabalho e das disponibilidades económicas libertadas pelo negócio.

Como se observa pela leitura do quadro V, Bento José Correia possuía dívidas activas no valor de 11:071\$400 réis, havendo sido contraída a principal quantia, constituída tanto por papel como por metal, junto de Luís da Costa Correia, num total de 9:300\$000 réis. Para seu pagamento, ficariam adstritos bens imóveis (vd. quadro II), bem como muitas das peças de prata da sua loja (vd. quadro III). Outros credores eram D. Custódia Bernardina, com 750\$000 rs., e Joaquim da Costa Leite. Quanto aos nomes dos restantes, António Pereira Soares (199\$350 rs.) e António José de Sousa (217\$600 rs.), podemos colocar a hipótese de se tratar dos dois ourives homónimos e coevos⁷⁰, com quem o capitão Bento José Correia teria certamente relações.

Quadro V

Dívidas passivas de Bento José Correia

Credor	Titular da dívida	Valor	Natureza	Cota
1	Luís da Costa Correia	9:300\$000	Papel: 2:750\$000 Metal: 6:550\$000	f. 21
2	D. Custódia Bernardina	750\$000	Metal	f. 21
3	António Pereira Soares	199\$350	Metal	f. 21
4	Joaquim da Costa Leite	53\$800	Metal	f. 21v.
5	António José de Sousa	217\$600	Metal	f. 21v.

Fonte: A.D.P., Tribunal da Relação do Porto, cota: PT/ADRTT/JUD/TRPRT/077/00267; I/79/0039, f. 21-21v.

Como se pode concluir pela leitura atenta do quadro V, havia uma grande quantidade de pessoas que tinham dívidas para com Bento José Correia, facto ainda mais expressivo se pensarmos que estas ascendem a 10:520\$750 réis (vd.

quadros I e V). Segundo as indicações do processo orfanológico, estas foram organizadas em três categorias: as dívidas activas bem paradas (646\$425 rs.), as duvidosas, que comportavam as verbas mais elevadas, e as que constavam do diário de lembranças, orçando na quantia menor.

Muitas das indicações dos devedores não nos oferecem elementos suficientes sobre de quem se tratavam, se bem que cremos fossem suficientes para serem identificados ao tempo. Vemos, contudo, pessoas de posição, com ligações a áreas distintas. Havia, por entre uma enorme maioria de pessoas sem quaisquer elementos identificativos a mais do que o nome, diversos capitães e capitães mores, ourives, religiosos e algumas senhoras, espalhados por diversas zonas do país, o que fazia pressupor, igualmente, que o ourives se deslocava bastante para Sul. Há indicações de localidades como Lisboa, Torres Novas, Sobral, Tancos, Nazaré, Viseu, Coimbra – mesmo que somente através da referência a cargos relacionados com as localidades –, e assim se explica como peças de fabrico portuense se espalhassem por acervos situados também na zona mais a sul de Portugal. Destacamos entre as figuras referenciadas Tibúrcio Joaquim Barreto Feio, Ajudante do Regimento de Milícias da Maia (fig. 2) e um dos revolucionários de 1820, mas cujo valor em dívida era muito diminuto, ao contrário do que sucede com Nuno Infante de Sequeira Correia da Silva, 11.º Senhor da Torre da Murta⁷¹, cuja verba ascendia a mais de 200\$000 réis.

Quadro VI

Dívidas activas de Bento José Correia

.º	Titular da dívida	Valor	Destinatário	Cota
	Dívidas activas bem paradas			
	O Ajudante do Regimento de Milícias da Maia, Tibúrcio Joaquim Barreto Feio	4\$905	Viúva – 2\$453 Cada um dos 4 filhos - \$613	f. 16
	Francisco Fortunato da Cunha	139\$000	Dita – 69\$500 Ditos – 17\$375	f. 16
	Capitão João de Pomucena [Nepomuceno?]	18\$800	Dita – 9\$400 Ditos – 2\$350	f. 16v.
	Abade de Sande	30\$150	Dita – 15\$075 Ditos – 3\$768 $\frac{3}{4}$	f. 16v.
	José Tomás de Sousa	8\$400	Dita – 4\$200 Ditos – 1\$050	f. 16v.
	Viúva Alvarenga	5\$020	Dita – 2\$510 Ditos - \$627 $\frac{1}{2}$	f. 16v.
	António Manuel, do Sobral	17\$000	Dita – 8\$500 Ditos – 2\$125	f. 16v.
	João, ourives	33\$200	Dita – 16\$600 Ditos – 4\$150	f. 16v.

	Custódio José Correia	49\$280	Dita – 24\$640 Ditos – 6\$160	f. 17
0	José Soares	221\$940	Dita – 110\$970 Ditos – 27\$742 ½	f. 17
1	Bernardo Luís Fernandes	74\$330	Dita – 37\$165 Ditos – 9\$291 ¼	f. 17
2	Manuel Joaquim	8\$200	Dita – 4\$100 Ditos – 1\$025	f. 17
3	António Ferreira	9\$000	Dita – 4\$500 Ditos – 1\$125	f. 17
4	Capitão Sebastião	11\$600	Dita – 5\$800 Ditos – 1\$450	f. 17
5	Luís Inácio	15\$600	Dita – 7\$800 Ditos – 1\$950	f. 17v.
	Dívidas duvidosas			
6	António Pereira de Moraes	318\$000	Dita – 159\$000 Ditos – 39\$750	f. 17v.
7	Ana, de Torres Novas	264\$000	Dita – 132\$000 Ditos – 33\$000	f. 17v.
8	Comadre de Tancos	223\$600	Dita – 111\$800 Ditos – 27\$950	f. 17v.
9	D. José, Provedor de Leiria	161\$020	Dita – 80\$510 Ditos – 20\$127 ½	f. 17v.
0	D. Constança, em Lisboa	254\$450	Dita – 127\$225 Ditos – 31\$806 ¼	f. 17v.
1	Francisco Pereira	12\$365	Dita – 6\$181 Ditos – 1\$546	f. 18
2	Nuno Infante de Sequeira Correia da Silva, em Lisboa	240\$335	Dita – 120\$167 Ditos – 30\$042	f. 18
3	Manuel Rosado	320\$700	Dita – 160\$350 Ditos – 40\$087 ½	f. 18
4	Capitão José Nunes	69\$200	Dita – 34\$600 Ditos – 8\$650	f. 18
5	José Luís Teixeira	5\$040	Dita – 2\$520 Ditos – \$630	f. 18
6	Alberto Carlos	8\$800	Dita – 4\$400 Ditos – 1\$100	f. 18
7	Baltazar de Sousa	39\$870	Dita – 19\$935 Ditos – 4\$983 ¾	f. 18v.

8	D. Ana, em Lisboa	223\$900	Dita – 111\$950 Ditos – 27\$987 ½	f. 18v.
9	Capitão mor da Nazaré	7\$950	Dita – 3\$975 Ditos – \$993 ¾	f. 18v.
0	Capitão mor de Torres Novas	6 \$900	Dita – 3\$450 Ditos – \$862 ½	f. 18v.
1	Frei Joaquim Ribardo	71\$430	Dita – 35\$715 Ditos – 8\$928 ¾	f. 18v.
2	Fernando da Silva	7\$000	Dita – 3\$500 Ditos – \$875	f. 18v.
3	Matias de Sousa	4\$710	Dita – 2\$355 Ditos – \$588 ¾	f. 19
4	Capitão mor da Vila da Cruz	26\$400	Dita – 13\$200 Ditos – 3\$300	f. 19
5	Diogo Luís	297\$530	Dita – 148\$765 Ditos – 37\$191 ¼	f. 19
6	Francisco de Oliveira	5\$100	Dita – 2\$550 Ditos – \$637 ½	f. 19
7	Francisco José da Ribeira Branca	370\$450	Dita – 185\$225 Ditos – 46\$306	f. 19
8	Diogo Soares	138\$450	Dita – 69\$225 Ditos – 17\$306 ¼	f. 19
9	Custódio Jácomo	7\$950	Dita – 3\$975 Ditos – \$993 ¾	f. 19v.
	Diário de Lembranças			
0	Coronel Gil	7\$395	Dita – 3\$697 Ditos – \$924 ½	f. 19v.
1	João Baptista	9\$005	Dita – 4\$503 Ditos – 1\$125 ½	f. 19v.
2	Francisco	7\$300	Dita – 3\$650 Ditos – \$912 ½	f. 19v.
3	António Machado	3\$600	Dita – 1\$800 Ditos – \$450	f. 19v.
4	João Ferreira Pinto	84\$900	Dita – 42\$450 Ditos – 10\$612 ½	f. 19v.
5	João Vieira, ourives	89\$620	Dita – 44\$810 Ditos – 11\$202 ½	f. 20
6	Condutor do Tabaco de Coimbra	2\$110	Dita – 1\$055 Ditos – \$263 ¾	f. 20

7	Um capitão de navios da Baía	118\$100	Dita – 59\$050 Ditos – 4\$762 ½	f. 20
8	José Rodrigues Pereira	26\$715	Dita – 13\$358 Ditos – 3\$339 ¼	f. 20
9	José Pereira de Figueiredo	2\$000	Dita – 1\$000 Ditos – \$250	f. 20
0	Um capitão do Regimento n.º 1	3\$000	Dita – 1\$500 Ditos – \$375	f. 20
1	Brás de Viseu	5\$100	Dita – 2\$550 Ditos – \$637 ½	f. 20v.
2	António da Cunha	34\$700	Dita – 17\$350 Ditos – 4\$337 ½	f. 20v.
3	Cónego Manuel Joaquim	2\$400	Dita – 1\$200 Ditos – \$300	f. 20v.
4	Capitão Francisco de Paula	3\$200	Dita – 1\$600 Ditos – \$400	f. 20v.
5	Desembargador Brito	94\$210	Dita – 47\$105 Ditos – 11\$776 ¼	f. 20v.

Fonte: A.D.P., Tribunal da Relação do Porto, cota: PT/ADRRT/JUD/TRPRT/077/00267; I/79/0039, f. 16-20v.

Concluindo, estes elementos que apresentamos sobre a vida e o espólio da loja de Bento José Correia permitem-nos, para além da percepção específica sobre este ourives da Rua das Flores, aferir e abordar algumas questões que se levantam em torno da ourivesaria da prata do Porto no primeiro quartel do século XIX. O acervo desta loja permite-nos uma leitura tipológica e, também, ajuizar sobre a relação entre o valor do metal e o feito, no cômputo do valor específico dos objectos, o que nem sempre se revela fácil de encontrar na documentação histórica sobre este tema. Por outro lado, o elenco das dívidas a este ourives fornece-nos, dentro do possível, uma leitura sobre a natureza da sua clientela, enquanto a listagem dos devedores, se partirmos do princípio que é formada, maioritariamente, por nomes de clientes, revela a amplitude geográfica das suas relações comerciais.

Legendas:

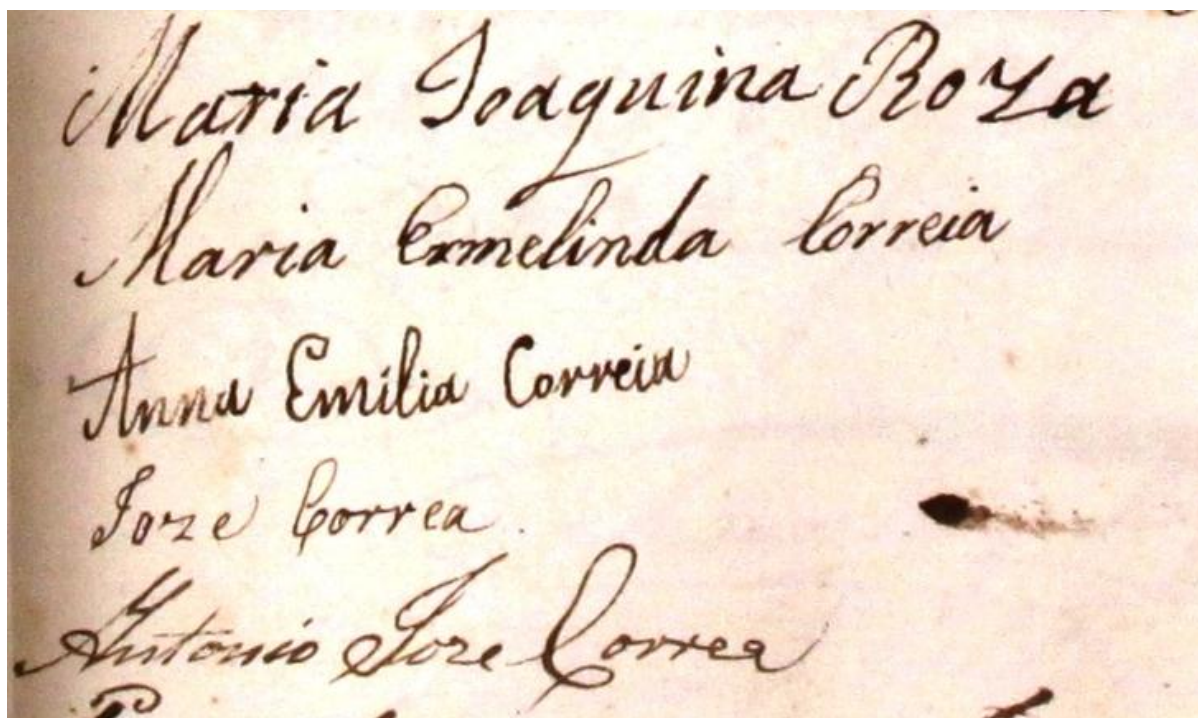


Fig. 1. Fac-símile da assinatura dos familiares (viúva e filhos) do ourives da prata, capitão Bento José Correia, inseridas no processo de inventário orfanológico (f. 59).

NOTAS

¹ Vd. Arquivo Distrital do Porto (A.D.P.), *Tribunal da Relação do Porto*, cota: PT/ADRJT/JUD/TRPRT/077/00267; I/79/0039.

² Todas as informações de fontes primárias referenciadas foram retiradas do livro SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos, *Dicionário de ourives e lavrantes da prata do Porto: 1750-1825*, Porto, Livraria Civilização, 2005, pp. 114-117, a não ser que indiquem a obra publicada ou mencionem “Inédito”.

³ A data da avaliação decorre em 11 de Janeiro de 1821, quase um ano passado sobre a morte de Bento José Correia; portanto é possível que alguns objectos tenham sido vendidos, entretanto, para assegurar a sobrevivência da família.

⁴ Vd. Arquivo Distrital de Braga (A.D.B.), *Registos Paroquiais*, Freguesia de S. Martinho de Cavalões, Barcelos, L.º 1-N., f. 58-58v.

⁵ Vd. A.D.P., *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé, Porto, L.º 32-B., f. 72. Era neto paterno de Domingos da Costa, natural da aldeia do Ribeirão, Cavalões, e de Domingas dos Santos, natural da aldeia de Gondifelhinhos, freguesia de S. Félix de Gondifelos; neto materno de João Francisco, natural do lugar das Quintãs, freguesia de Santa Eulália de Arnosos, e de Ventura Correia, natural do lugar do Outeiro, freguesia de S. Tiago de Outiz. Vd. A.D.B., *Registos Paroquiais*, Freguesia de S. Martinho de Cavalões, Barcelos, L.º 1-N., f. 58-58v.

⁶ Vd. A.D.P., *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé, Porto, L.º 10-M., f. 220v.

⁷ Atendendo à idade referida no assento de óbito. Vd. A.D.P., *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé, Porto, L.º 9-Ób., f. 236. Inédito.

⁸ Vd. o quadro sinóptico in SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses: História e sociabilidade (1750-1810)*, Porto, Ed. do Autor, 2004, pp. 364-365.

⁹ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos, *Dicionário de ourives e lavrantes da prata do Porto: 1750-1825*, Porto, Livraria Civilização, 2005, pp. 82-85.

¹⁰ Vd. A.D.P., *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé, Porto, L.º 7-Ó., f. 194v.

¹¹ Vd. A.D.P., *Tribunal da Relação do Porto*, cota: PT/ADRTT/JUD/TRPRT/077/00267; I/79/0039, f. 2 e 4.

¹² Vd. A.D.P., *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé, Porto, L.º 10-M., f. 134.

¹³ Podemos constatar tratar-se do ourives por comparação da assinatura que vem na fig. 1.

¹⁴ Foram padrinhos o Reverendo José Pinto, Abade da Vitória, e Ana Joaquina, da freguesia de Cedofeita, Porto. Vd. A.D.P., *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé, Porto, L.º 30-B., f. 194v.

¹⁵ Vd. Arquivo da Associação de Ourivesaria e Relojoaria de Portugal (A.A.O.R.P.), *Licenças dos ourives da prata*, n.º 34, f. 90. Pode observar a sua assinatura no f. 90.

¹⁶ Vd. A.A.O.R.P., *Documentos diversos*, n.º 37, f. 201v.

¹⁷ Vd. A.D.P., *Registos Paroquiais*, Freguesia de Sé, Porto, L.º 30-B., f. 81.

¹⁸ Vd. A.D.P., *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé, Porto, L.º 32-B., f. 269.

¹⁹ Vd. A.D.P., *Tribunal da Relação do Porto*, cota: PT/ADRTT/JUD/TRPRT/077/00267; I/79/0039, f. 43-51.

²⁰ Vd. A.D.P., *Tribunal da Relação do Porto*, cota: PT/ADRTT/JUD/TRPRT/077/00267; I/79/0039, f. 4.

²¹ Vd. A.D.P., *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé, Porto, L.º 30-B., f. 261v.

²² Vd. A.D.P., *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé, Porto, L.º 30-B., f. 24v.-25.

²³ Vd. A.D.P., *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé, Porto, L.º 32-B., f. 72.

²⁴ Vd. A.D.P., *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé, Porto, L.º 7-Ó., f. 207v.

²⁵ Vd. A.D.P., *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé, Porto, L.º 30-B., f. 261v.

²⁶ Vd. A.D.P., *Paroquiais*, Freguesia de Sé, Porto, L.º 30-B., f. 50.

²⁷ Vd. A.D.P., *Registos Paroquiais*, Freguesia de Santo Ildefonso, Porto, L.º 24-B., f. 229v.

²⁸ Vd. A.D.P., *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé, Porto, L.º 9-Ób., f. 37.

²⁹ Em 1806/1807, o seu nome surge elencado entre os membros do definitório da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo do Porto, conjuntamente com Custódio José Barbosa Leão, Miguel José Alves de Sousa, António José Vieira de Carvalho e Manuel José Alves de Sousa. Vd. BARREIRA, Aníbal José de Barros, *A assistência hospitalar no Porto: 1750-1850*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, dissertação de doutoramento, Vol. de anexos, p. 188.

³⁰ Pagou de entrada a quantia de 600 réis; seria remido do anual. Vd. Arquivo da Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade (A.I.N.S.T.C.), *Entrada de Irmãos*, L.º1, f. 195. Inédito.

³¹ Vd. A.I.N.S.T.C., *Entrada de Irmãos*, L.º1, f. 221. Inédito.

³² Vd. A.H.M.P., *Registo Geral de Testamentos*, L.º 36, f. 349-350v. Vd. SOUSA, Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e, *A arte da prata no Porto: 1750-1825*, Porto, [s. n.], 2002. Dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 4, documento n.º 182.

³³ Vd. A.H.M.P., *Registo Geral de Testamentos*, L.º36, f. 350v. Vd. SOUSA, Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e, *A arte da prata no Porto: 1750-1825*. Porto: [s. n.], 2002. Dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 4, documento n.º 182.

³⁴ Vd. A.H.M.P., *Registo Geral de Testamentos*, L.º36, f. 350v. Vd. SOUSA, Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e, *A arte da prata no Porto: 1750-1825*, Porto, [s. n.], 2002. Dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 4, documento n.º 182.

³⁵ Vd. A.D.P., *Registos Paroquiais*, Freguesia da Sé, Porto, L.º 9-Ób., f. 236.

³⁶ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses: História e sociabilidade (1750-1810)*, Porto, Ed. do Autor, 2004, pp. 238-247; SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *A joalheria no Porto ao tempo dos Almada*, Porto, CITAR, 2008, pp. 40-45.

³⁷ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *Percursos da joalheria em Portugal: séculos XVIII a XX*, Porto, CITAR, 2010, pp. 276-285; ID., “Exuberância e cromatismo: Portugal e Brasil na joalheria de Setecentos”, em *Museu*, 4.ª s., n.º 20, Porto, 2013, pp. 22-27.

³⁸ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses: História e sociabilidade (1750-1810)*, Porto, Ed. do Autor, 2004, pp. 247-248.

³⁹ Vd. A.D.P., *Secção Notarial*, Po-2.º, n.º 370, f. 99-100v., referido por ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, “A ourivesaria portuense nos séculos XVII e XVIII. Subsídios para a sua História (I)”, em *Museu*, 4.ª s., n.º 1, Porto, 1993, pp. 30-32.

⁴⁰ Este documento surge escalpelizado in SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses: História e sociabilidade (1750-1810)*, Porto, Ed. do Autor, 2004, pp. 242-243.

⁴¹ Vd., sobre este documento, SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos, *Dicionário de ourives e lavrantes da prata do Porto: 1750-1825*, Porto, Livraria Civilização, 2005, pp. 76 e 114.

⁴² Vd. A.D.P., *Secção Notarial*, Po-2.º, n.º 375, f. 123v.-124v.; data referida in SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos, *Dicionário de ourives e lavrantes da prata do Porto: 1750-1825*, Porto, Livraria Civilização, 2005, pp. 76 e 114. Serviram como testemunhas Manuel Inácio Baptista, ourives do ouro, caixeiro de Luís António de Sousa Reis, e João Correia da Silva, ourives da prata e caixeiro de Bento José Correia, e cada um morador em casa dos respectivos patrões.

⁴³ Vd. A.D.P., *Secção Notarial*, Po-2º, n.º 372, f. 84v.-86, parcialmente apresentado por ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, “A ourivesaria portuense nos séculos XVII e XVIII. Subsídios para a sua História (I)”, em *Museu*, Porto: 4.ª s., 1, Porto, 1993, p. 43.

⁴⁴ Vd. A.D.P., *Secção Notarial*, Po-2.º, n.º 396, f. 90-90v. Vd. SOUSA, Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e, *A arte da prata no Porto: 1750-1825*, Porto, [s. n.], 2002. Dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 4, documento n.º 147.

⁴⁵ Vd. A.H.S.C.M.P., Série L, Banco 5, n.º 30, f. 198, referido em SANTOS, Regina Maria Andrade Pereira dos, *Património artístico da Santa Casa da Misericórdia do Porto: Dinâmica da sua conservação no século XVIII*, [S. l., s. n.], 1995. Seminário em Património Artístico apresentado na Licenciatura de Ciências Históricas – Ramo do Património da Universidade Portucalense. p. 148; SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, “A ourivesaria na Misericórdia do Porto nos séculos XVIII, XIX e XX: subsídios para o seu estudo”, em SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir., *Ourivesaria e paramentaria da Misericórdia do Porto*, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1998, p. 18.

⁴⁶ Vd. A.A.I.O.R.N., *Livro dos Termos de Correição*, L.º35, f. 23v. A indicação deste valor vem referenciada, também, em A.A.I.O.R.N., *Segredos dos ourives da prata*, L.º40, f. 2.

⁴⁷ Vd. A.A.I.O.R.N., *Livro dos Termos de Correição*, L.º35, f. 35.

⁴⁸ Vd. A.A.I.O.R.N., *Livro dos Termos de Correição*, L.º35, f. 43v.-44.

⁴⁹ Vd. A.A.I.O.R.N., *Livro dos Termos de Correição*, L.º35, f. 46v.-47.

⁵⁰ Vd. A.A.I.O.R.N., *Eleições dos ourives da prata*, n.º 46, f. [62-62v.].

⁵¹ Vd. A.H.M.P., *Décima do Novo Imposto*, Freguesia da Sé (Cota: 4612), f. 23v.

⁵² Vd. A.D.P., *Secção Notarial*, Po-2.º, n.º 400, f. 127-128. Foi testemunha o ourives do ouro António Marques dos Santos, morador na Rua da Ferraria de Cima. Sobre os arrendamentos desta comenda, vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, “Arrendamentos das Comendas de Elvas e Montoito ao ourives do ouro portuense José Alves Vieira”, em *Filermo*, 7/8, Porto, 1998/1999, pp. 147-161.

⁵³ Vd. A.D.P., *Secção Notarial*, Po-9.º, 4.ª s., n.º 269, f. 134-135v.

⁵⁴ Vd. A.H.M.P., *Contribuição de guerra-1808*, Cota 2024, f. 40.

⁵⁵ Não dispomos de informações quanto à sua herança paterna e materna, nem da de sua mulher, bem como ainda não nos foi possível encontrar o documento dotal de ambos.

⁵⁶ Vd. A.D.P., *Tribunal da Relação do Porto*, cota: PT/ADRTT/JUD/TRPRT/077/00267; I/79/0039, f. 64.

⁵⁷ Os fios de aljôfares tinham muita divulgação, por exemplo, em Ponta Delgada, conforme se disse in SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, “Reflexões em torno das fontes para os ambientes e as Artes Decorativas: a propósito dos bens móveis de um Administrador do Tabaco da ilha de São Miguel (1803)”, em SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir., *Matrizes da investigação em Artes Decorativas V*. Porto, UCE-Porto; CITAR, 2013, pp. 20-21.

⁵⁸ Vd. FRANCO, Carlos de Almeida, *O mobiliário das elites de Lisboa na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 58-71.

⁵⁹ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *Artes da mesa em Portugal: séculos XVIII a XXI*, 2ª ed., Porto,

Civilização Editora, 2005, pp. 95-107.

⁶⁰ Vd. A.H.M.P., *Vereações*, L.º 101, f. 223.

⁶¹ Vd. A.D.P., *Tribunal da Relação do Porto*, cota: PT/ADRTT/JUD/TRPRT/077/00267; I/79/0039, f. 24. Parcialmente inédito.

⁶² Vd. SANTOS, Manuela de Alcântara, *Talheres de prata de Guimarães: séculos XVIII e XIX*, Porto, UCE-Porto; CIONP; CITAR, 2011.

⁶³ Vd. SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e, “As pratas em Portugal ao tempo do Barão de Forrester (1809-1861)”, em *Barão de Forrester: Razão e sentimento: uma História do Douro (1831-1861)*, [S. l.], Museu do Douro, D.L. 2008, pp. 151 (vd., também nesta obra, pp. 234-239); SANTOS, Manuela de Alcântara, *Talheres de prata de Guimarães: séculos XVIII e XIX*, Porto, UCE-Porto; CIONP; CITAR, 2011, pp. 88, 91-94.

⁶⁴ Vd. alguns dos exemplares que publicámos in SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *Pratas portuguesas em colecções particulares: séc. XV ao séc. XX*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1998, pp. 206-208; ID., *Pratas em colecções do Douro*, Porto, Bienal da Prata de Lamego; Lello Editores, 2001, pp. 196-201; ID., *Artes da mesa em Portugal: séculos XVIII a XXI*, 2ª ed., Porto, Civilização Editora, 2005, pp. 62-63; ID., *As pratas em Portugal ao tempo do Barão de Forrester (1809-1861)*. In *Barão de Forrester: razão e sentimento: uma História do Douro (1831-1861)*. [S. l.]: Museu do Douro, D.L., 2008, pp. 146-147; e ainda, nesta obra, pp. 216-217.

⁶⁵ Vd. exemplares in SANTOS, Reynaldo dos; QUILHÓ, Irene, *Ourivesaria portuguesa nas colecções particulares*, 2.ª ed., Lisboa, [s. n.], 1974, pp. 92 e 133; SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *Pratas portuguesas em colecções particulares: séc. XV ao séc. XX*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1998, pp. 190-195; ID., *Artes da mesa em Portugal: séculos XVIII a XXI*, 2ª ed., Porto, Civilização Editora, 2005, pp. 58-59.

⁶⁶ Sobre os paliteiros, vd. OREY, Leonor d’, “L’orfèvrerie civile au Portugal, dans da première moitié du XIXe siècle”, em ARMINJON, Catherine, coord., *L’orfèvrerie au XIX.º siècle*, Paris, La Documentation Française, 1994, pp. 259-263; SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *Os paliteiros do Club Portuense*, Porto, Club Portuense, 1999.

⁶⁷ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, “Prataria civil neoclássica de Lisboa e Porto: elementos de afinidade e distinção”, em SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, dir., *Actas do II Colóquio Português de Ourivesaria*, Porto, CITAR, 2009, pp. 61-80.

⁶⁸ Vd. OREY, Leonor d’, coord., *Antonio Firmo da Costa: Um ourives de Lisboa através da sua obra*, [S. l.], Instituto Português de Museus, cop. 2000; a propósito dos bens argênteos do ourives José Luís da Silva, SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses: História e sociabilidade (1750-1810)*, Porto, Ed. do Autor, 2004, p. 158.

⁶⁹ Como sucede, por exemplo, com as custódias dos conventos do Lourical e de Vila Pouca da Beira, hoje no Museu Nacional de Machado de Castro, em Coimbra: GONÇALVES, A. Nogueira, *Estudos de ourivesaria*, Porto, Paisagem Editora, 1984, pp. 260-264 (e extratexto entre pp. 312-313); ou a custódia do convento de Santa Clara de Vila do Conde, SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, “A arte da prata no serviço a Deus: o acervo do Museu de Arte Sacra da Matriz de Vila do Conde”, em PINTO, Manuela; SILVA, Ilídio Jorge, coord., ‘... A IGREJA nova que hora mandamos fazer...’: 500 anos da Igreja Matriz de Vila do Conde, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2002, pp. 172, 214-215.

⁷⁰ Sobre estes ourives da prata, vd., respectivamente, SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos, *Dicionário de ourives e lavrantes da prata do Porto: 1750-1825*, Porto, Livraria Civilização, 2005, pp. 509-511 e 512-514.

⁷¹ Sobre esta figura, vd. HENRIQUES, Nuno Gorjão; GORJÃO-HENRIQUES, Miguel, *Gorjão Henriques*, Lisboa, Dislivro Histórica, 2006, Vol. 1, p. 371.

Fecha de recepción: 9 de septiembre de 2014

Fecha de revisión: 26 de septiembre de 2014

Fecha de aceptación: 19 de enero de 2015